



ATA Nº.27/2012
REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DA CÂMARA
MUNICIPAL DE BORBA
REALIZADA NO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2012

Aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu pelas quinze horas a Câmara Municipal de Borba, com a presença dos senhores vereadores Humberto Luís Russo Ratado, Hugo Alexandre Godinho Mendanha e Rosa Maria Basílio Véstia e Joaquim José Serra Silva, sob a presidência do Senhor Ângelo João Guarda Verdades de Sá, Presidente da mesma Câmara.-----

Como secretária à reunião esteve presente a funcionária Aldina Vitória Bilro Vinhas do Maio, Coordenadora Técnica, da Câmara Municipal de Borba.-----

Movimento Financeiro -----

Foi presente e distribuído o resumo de tesouraria do dia 19 de dezembro de 2012, que acusa um total de disponibilidades de 2.016.692,46 Euros.-----

-----PONTO 1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA-----

Ponto 1.1 – Assuntos Gerais de Interesse para a autarquia-----

O Senhor Presidente declarou aberta a reunião e perguntou ao restante executivo se tinham algum assunto geral de interesse para a autarquia que pretendessem apresentar.-----

Foram então apresentadas duas Moções para aprovação:-----

1ª Moção apresentada pelo vereador Joaquim José Serra Silva sobre o tema "Orçamento de Estado 2013 não serve o País nem os Portugueses". Depois de analisada foi a mesma aprovada por unanimidade.-----



2ª Moção apresentada pelo Senhor Presidente, sobre o tema “Em Defesa do Poder Local Democrático”. Depois de analisada foi a mesma aprovada por unanimidade.-----
Ficará cópia das referidas Moções arquivada em pasta anexa.-----
Não tendo sido apresentado mais nenhum assunto, o Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta de alteração à Ordem do dia:-----

Proposta de Alteração à Ordem do Dia:-----

Por proposta do Senhor Presidente deverão ser incluídos na ordem do dia os seguintes pontos: “*Ratificação da 2ª Adenda ao Contrato de Financiamento no âmbito do Programa Operacional do Alentejo 2007-2013 celebrado entre a Autoridade de Gestão do Programa Operacional do Alentejo e o Município de Borba*” e “*Revogação da deliberação camarária tomada em 28/09/2012 referente ao Ponto 2.3 – Alienação de Prédio Urbano*”. Com a inclusão destes pontos o ponto 2.14 (Atividades da Câmara) passa a ponto 2.16.-----
Seguidamente o Senhor Presidente colocou a proposta à votação tendo sido deliberado, por unanimidade, a sua aprovação.-----

-----PONTO 2. ORDEM DO DIA-----

A Ordem do dia passou a ser a seguinte:-----

Ponto 2. Ordem do Dia-----

Ponto 2.1 – Aprovação da Ata nº.26/2012-----

Ponto 2.2 – Documentos Previsionais:-----

a) Orçamento para o ano de 2013-----

b) Grandes Opções do Plano para o ano de 2013-----

Ponto 2.3 – Aprovação do Mapa de Pessoal para o ano de 2013-----

Ponto 2.4 – Proposta da 3ª Revisão Orçamental (2ª Revisão ao Orçamento da Receita e 2ª Revisão ao Orçamento da Despesa)-----

Ponto 2.5 – Abertura de Procedimentos Concursais-----

Ponto 2.6 – Autorização para Celebração de Contratos Tarefa-----

Ponto 2.7 – Proposta de Contratação-----



Ponto 2.8 – Aprovação de Acordo de Colaboração a celebrar entre a Direção Regional de Educação do Alentejo, o Instituto de Segurança Social e a Câmara Municipal de Borba-----

Ponto 2.9 – Aprovação de Protocolo a celebrar entre a ESTER e o Município de Borba para realização de Relatório de Estágio-----

Ponto 2.10 – Proposta de Anulação de Guias de Receita da Festa da Vinha e do Vinho/2012-----

Ponto 2.11 – Ratificação de Protocolos de Intenções de Geminação celebrados entre:-----

- a) Município de Borba e Município de Sant'Ana do Livramento-----
- b) Município de Borba e Município de Alegrete-----
- c) Município de Borba e Intendência Departamental de Rivera-----
- d) Município de Borba e Município de Rosário do Sul-----

Ponto 2.12 – Aprovação de Acordo de Parceria entre o Município de Borba, a Junta de Freguesia de Orada e a PIMTAI – Associação Cultural PIM Teatro-----

Ponto 2.13 – Venda das Ações do Município de Borba na E.D.C. Mármore-----

Ponto 2.14 – Ratificação da 2ª Adenda ao Contrato de Financiamento no âmbito do Programa Operacional do Alentejo 2007-2013 celebrado entre a Autoridade de Gestão do Programa Operacional do Alentejo e o Município de Borba-----

Ponto 2.15 – Revogação da deliberação camarária tomada em 28/09/2012 referente ao Ponto 2.3 – Alienação de Prédio Urbano-----

Ponto 2.16 – Atividades da Câmara-----

PONTO 2.1 – APROVAÇÃO DA ATA Nº. 26/2012-----

Previamente distribuída por todo o executivo esteve presente a Ata nº. 26/2012 que, depois de analisada, foi deliberado, por maioria, com quatro votos a favor e uma abstenção, a sua aprovação. Votaram a favor o Senhor Presidente e os Senhores vereadores Humberto Luís Russo Ratado, Rosa Maria Basílio Véstia e Joaquim José Serra Silva. Absteve-se o Senhor vereador Hugo Alexandre Godinho Mendanha por não ter participado na reunião respetiva.-----



PONTO 2.2 – DOCUMENTOS PREVISIONAIS:-----

O Senhor Presidente fez uma breve apresentação dos documentos previsionais referindo o seguinte: "A conjuntura em que nos encontramos é um pouco complicada, nomeadamente para as Câmaras, e se for aprovada a nova Lei das Finanças Locais mais complicada se torna. Mantivemos a mesma visão estratégica, ou seja, "Borba, um Concelho Competitivo, Coeso, Sustentável e Inovador: uma referência de desenvolvimento no Alentejo", mas tendo em conta a conjuntura económica em que vivemos continua a ser um orçamento de contensão e de cautela.-----

As linhas estratégicas também são as mesmas, continuando a apostar na Modernização.-----

Assim, quanto à 1ª Linha Estratégica "Projetar o Desenvolvimento" destaca-se "A melhoria da eficiência e qualidade da Administração Municipal", e "Remodelação dos Paços do Concelho". Também nesta linha continuamos com as Geminações com o objetivo de tentar promover o Concelho.-----

Em relação á 2ªLinha Estratégica "Afirmar uma Educação de Excelência" destacamos a construção quer do Centro Escolar, quer da Requalificação da EB 2,3 Padre Bento Pereira. Manter também as descentralizações, manter os transportes escolares, as cantinas, o apoio financeiro aos estudantes, manter a questão do enriquecimento curricular.-----

Em relação á 3ª Linha Estratégica e no que respeita à "Concretização de uma política global e coordenada na área da cultura" tentar ver, através do LEADER, se há possibilidade que o Museu comece a funcionar. Tentar fazer também algumas apostas e mudanças na área desportiva. Em termos de Instrumentos de Planeamento, vamos continuar a apostar no trabalho que temos vindo a desenvolver, até aqui, com os Técnicos da Câmara.-----

Quanto à 4ª Linha Estratégica "Desenvolver a Coesão e a Justiça Social" no que respeita à Rede Social, continuar a fazer algumas apostas nesse sentido. Pensa que a este nível, o ano que se aproxima vai ser um ano preocupante, até mesmo em termos de atendimento e, dentro do possível, continuar com o Programa de Apoio às Associações.-----



Relativamente à 5ª Linha Estratégica “Incentivo à qualificação, diversificação e competitividade de oferta turística” continuação da realização de iniciativas culturais, mas sempre com contensão, como é o caso das “Noites de Verão”. No que se refere à Gastronomia, temos a Festa da Vinha e do Vinho. Tentar também avançar com o projeto de “Valorização da Cidade de Borba”, dinamizar o Polidesportivo de Orada, e também tentar desenvolver o Polidesportivo de Rio de Moinhos, o que implica que implica uma pequena intervenção naquela área.”-----

Relativamente ao documento apresentado pensa que foi feito um bom trabalho, considerando não haver possibilidade de fazer melhor. Contudo se for necessário algum esclarecimento técnico solicita-se a presença do Chefe de Divisão.-----

Usou da palavra o Senhor vereador Joaquim Serra referindo que a mensagem do Senhor Presidente, apresentada no início dos documentos, vem correndo os Planos e Orçamentos há vários anos, sempre impondo mensagens de esperanças aos borbenses, o que é importante nos dias que correm, mas depois a atuação não se coaduna com estas mensagens de esperança.-----

É evidente que o orçamento apresentado, não é bom, nem mau, é o orçamento possível e espelha de uma forma mais clara aquilo que são as dificuldades do Município. Encontra-se, na mesma, inflacionado não em 7 milhões mas em 2 milhões, porque 5 milhões conseguiram-se substituir pelo empréstimo do PAEL. Conseguiu-se substituir aquelas receitas fictícias das outras receitas de capital e das outras receitas correntes, que empolavam o orçamento, por uma receita que parece real que é um empréstimo no âmbito do PAEL, com todas as agravantes que isso tenha para a população.-----

Referiu ainda que o orçamento espelha aquilo que foram as políticas adotadas ao longo dos anos, com especial incidência nos dois primeiros mandatos, em que houve aquela pressa de fazer tudo, mas depressa e bem não há quem. E isso aconteceu, ou seja, um excesso de endividamento gastar mais do que aquilo que se tinha e mais do que se podia pagar. Agora, a pouco e pouco, e ano após ano, isso vem-se pagando, ou seja, naquilo que são os orçamentos que temos vindo a assistir neste último mandato e, que durante a campanha



eleitoral das últimas eleições autárquicas e nos debates que tivemos com Senhor Presidente, sempre disse que este último mandato seria de gestão corrente. Este orçamento vai nessa linha, é um orçamento de gestão corrente, tem uma obra grande que é a obra da Escola, que é o que consta no orçamento e o que se propõe para 2013, mas tudo o resto tende a resvalar para 2014, 2015, 2025, 2030, etc., porque não vai haver condições para fazer antes dessa data, porque a falta de sustentabilidade de alguns destes investimentos levaram a esta situação. Aquele tempo de que quem vier fecha a porta, também já ultrapassou e agora há que pagar aquilo que foram os desvarios. E para isso estão aí os 5 milhões de Euros do PAEL que vamos ter que pagar durante 20 anos.-----

Usou da palavra o Senhor vereador Humberto Ratado referindo que é fácil estar, neste momento, na oposição. Neste momento se o vereador Joaquim Serra estivesse no executivo a tempo inteiro certamente o seu discurso não seria este.-----

“Entende que os documentos previsionais apresentados traduzem uma orientação inequívoca desta maioria em caminhar para um equilíbrio em termos previsionais e em prestação de contas. Se a Lei permitiu que a Câmara viesse a recorrer a um Programa de Ajustamento, o PAEL, então não quiseram deixar esta oportunidade que embora discordem dos critérios e das condições do programa, Borba reunindo os requisitos, não fez mais que ir ao encontro dos seus direitos. Pois a verdade é que pese embora o município esteja no grupo 1 do Programa de apoio, seguramente que existem muitas diferenças entre os municípios desse mesmo grupo, lembrando que, com exceção, salvando o erro, das Águas do Centro Alentejo, ADSE, o município tem até final de Novembro todas as suas contas em dia.-----

Considera que um orçamento desta natureza vai ao encontro da sua realidade, ou seja, aquilo que é efetivamente disponível, e não vê mal nenhum, nem nunca viu, nas decisões que foram tomadas na criação de equipamentos, quer na área da educação, na área desportiva, nas acessibilidades, nos equipamentos culturais, etc. Quando se diz aqui, mais uma vez, que vamos fazendo orçamentos para gerir pagamentos de equipamentos que foram feitos



em anos anteriores, é óbvio que em parte assim será durante algum tempo, como sempre foi no passado, mas também é evidente que quer estas gerações, quer as vindouras, beneficiarão destes equipamentos por muitos anos, e estamos a falar de equipamentos, de longo prazo, que melhoram significativamente as condições de vida das populações.-----

O atual Governo, muito prometeu e foi-lhe dado legitimidade para governar o país segundo o suas promessas. Na realidade nada fez senão o inverso do que tinha anunciado, contrariamente, a nível local, já que, procurámos e conseguimos sempre melhorar a vida da população borbense em função da legitimidade que nos concederam. Naturalmente, que gostaríamos ter conseguido mais, mas muitas foram as variáveis que interferiram neste percurso alterando em muito os planos. É evidente que com um Governo que trabalha assim com as populações e com as instituições a nível nacional, não podemos nós aqui fazer orçamentos que pudessem avançar para grandes investimentos, seria contraditório em relação àquilo que se está a passar a nível nacional.-----

Sendo legítimo poderem decidir aquilo que achavam ser importante e decisivo para o desenvolvimento do concelho, grande parte foi conseguido, veja-se pelas infraestruturas e pelas condições de melhoria que conseguiram criar. Agora é uma questão de dinamismo, que deverá acontecer com maior intensidade logo que seja financeiramente possível, entre outros fatores.-----

Também não tem dúvidas que vão deixar este percurso de 3 mandatos com a "casa arrumada". Em termos financeiros a casa fica controlada, sabe-se perfeitamente para onde se deve ir, sabe-se perfeitamente aquilo que se deve, e seguramente daqui por alguns anos haverá claramente folga para haver novo dinamismo e novas ideias. Contudo embora este orçamento seja muito apertado e não nos permitir realizar muito do que gostaríamos, manter aquilo que temos já é muito positivo, tendo em conta o alargamento das responsabilidades sociais, educativas, desportivas, etc., que conseguimos criar. Mesmo assim o nosso espírito continua a ser positivo, e daí a ambição do Senhor Presidente quando continua a refletir isso na sua mensagem, ou seja, mesmo durante o período que aí vem, sempre que tivermos oportunidade



de trazer mais e melhor para o nosso concelho, mais e melhor para as nossas populações, isso será feito e iremos seguramente encontrar meios ou, pelo menos, lutar por eles para que isso seja possível e nunca baixaremos os braços. Temos um orçamento cauteloso, prudente, transparente, mas temos feito para isso e não é só o resultado deste ano, é o resultado de algumas medidas que temos vindo a tomar ao longo destes últimos anos, para que isto seja possível, sendo um orçamento de difícil execução é seguramente muito realista.”-----

Usou da palavra o Senhor vereador Joaquim Serra dizendo ao vereador Humberto que parece não lerem as coisas da mesma maneira. Disse que, em sua opinião, o orçamento é aquele para o qual a maioria trabalhou, e aí estão de acordo. Já não pode estar de acordo quando o vereador Humberto diz que em Novembro de 2013 têm as contas controladas. Disse ter pedido uma execução orçamental de Dezembro e que a mesma refere que a despesa paga foi de 7 milhões e pouco e os compromissos assumidos e não pagos são de 8 milhões e tal, o que significa que os compromissos assumidos e não pagos são maiores do que a despesa paga. Difícilmente quem olha para isto pode ver as contas como controladas. Por outro lado, quando o vereador Humberto diz que as novas gerações vão usufruir dos equipamentos, possivelmente vão, mas quando se fala no comprometer as novas gerações não é no comprometer no sentido de utilizar, é no comprometer na capacidade de decidir, na capacidade de poder vir com novas propostas, na capacidade de vir a usufruir dos dinheiros públicos para continuar a desenvolver o concelho, e isso é que está comprometido. Aquilo que se revela é que nos próximos 3 ou 4 mandatos vai ter que se continuar com esta mesma política, ou seja, ir pagando aquilo que foi ficando por pagar, tal como hoje estamos a pagar coisas de 2006, em 2016 estaremos a pagar coisas de 2013, e estamos já com um encargo de 1 milhão de Euros, encargo este que vai aumentar no próximo ano. O comprometer as gerações vindouras é retirar-lhes a capacidade de decidirem sobre o seu próprio futuro e terem que se aguentar a pagar aquilo que os outros deixaram.-----



Depois de ouvir o vereador Serra, usou da palavra o Senhor Presidente realçando o seguinte: “aqui defendo aquilo que o Senhor Eng^a Sócrates dizia, ou seja, as dívidas não são para pagar são para se gerir. O que é preciso é que quem vier a seguir tenha engenho e arte de gerir a dívida e fazer obra, e isso é que é importante. Ainda bem que há dívidas porque há dívidas sempre que há obras. Contudo, continua a dizer que por vezes as dívidas acontecem porque os sucessivos governos nos empurram para isso, e isto é transversal a todos os partidos. Com a política que este governo está a seguir as Câmaras que não estão nesta situação, para o ano de 2013 vão ficar de “rastos”. As que vão ficar pior são as do Grupo 2 que tiveram que aderir ao PAPEL, e no Distrito de Évora há algumas nessa situação, e com a Nova Lei das Finanças Locais as Câmaras não vão ter qualquer hipótese.”-----

Usou ainda da palavra o Senhor vereador Humberto Ratado e, querendo clarificar a questão das contas controladas, referiu que em sua opinião, existe total transparência e sabe-se qual o rumo a seguir, deixando-se mecanismos de manobra para o controlo financeiro do município. Desde algum tempo que o vereador Joaquim Serra refere a questão de comprometer-se as gerações vindouras, mas agora foi finalmente ao que sempre percebi, refere-se ao comprometimento na decisão. Acontece que muitas das decisões tomadas no investimento foram para melhorar as condições de vida da população, e como tal, deve-se então avançar para outras necessidades. Lembrou ainda, que também quando esta maioria em 2002 tomou conta desta autarquia, milhões de euros também estavam comprometidos para se pagarem e muitas necessidades por resolver. -----

Assim, e após análise e discussão sobre os documentos, o Senhor Presidente colocou à votação, em separado, as propostas de Orçamento e das Grandes Opções do Plano para o ano de 2012: Assim, e com os valores discriminados, segue-se:-----

a) Orçamento para o ano de 2013-----

Receita Corrente: 7.113.100,00 €-----

Receita de Capital: 10.770.611,35 €-----

Total da Receita: 17.883.711,35 €-----



Despesa Corrente: 7.113.100,00 €-----

Despesa de Capital: 10.770.611,35 €-----

Total da Despesa: 17.883.711,35 €-----

Conforme estabelecido na alínea c) do n.º.2 do artigo 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, **a Câmara Municipal após a elaboração da proposta de Orçamento para o ano de 2013 deverá submetê-la à aprovação da Assembleia Municipal.**-----

Seguidamente o Senhor Presidente colocou a proposta à votação tendo sido **deliberado, por maioria, com quatro votos a favor e um voto contra, a sua aprovação.** Votaram a favor o Senhor Presidente e os Senhores vereadores Humberto Luís Russo Ratado, Hugo Alexandre Godinho Mendanha e Rosa Maria Basílio Véstia. Votou contra o Senhor vereador Joaquim José Serra Silva e apresentou a seguinte declaração de voto: “A elaboração dos documentos previsionais para o ano de 2013 surge numa conjuntura económico-financeira e social muito difícil para as instituições, para os agentes económicos e muito especialmente para as famílias portuguesas.”-----

As medidas de consolidação orçamental e de austeridade promovidas pelos sucessivos governos nos últimos anos têm penalizado todas as autarquias (Municípios e Freguesia) criando maiores dificuldades nos Municípios que como o de Borba têm sido geridos de forma desastrosa, endividando-se mais que as suas possibilidades sem qualquer critério e estratégia.-----

Em qualquer conjuntura boa ou má, a “responsabilidade”, a “confiança”, “o otimismo” e acrescento eu, a “determinação” são atitudes políticas sempre necessárias para enfrentar os desafios.-----

A “responsabilidade” implica desde a primeira hora a aplicação de princípios de “bom senso”, “cautela” e “prudência” princípios estes sempre reclamados pelos eleitos da CDU, ao longo dos últimos anos, mas que o atual executivo preferiu ignorar e não atender.-----

Foi o que aconteceu com a execução de alguns projetos megalómanos, sem qualquer sustentabilidade e plano viável de utilização, foi o que aconteceu com a adesão precipitada e não suficientemente discutida às Águas do Centro Alentejo, á EDC Mármore, á construção da Loja do Cidadão e seu



funcionamento, á ampliação do Mercado Municipal entre muitas outras decisões erradas.-----

Foi a prepotência nas decisões tomadas só porque se tem maioria absoluta que fizeram esquecer os princípios básicos da democracia que é ouvir a oposição e levaram a que estas decisões tenham comprometido, e muito, as gerações vindouras, ao contrário do que é afirmado na mensagem do Presidente.-----

O orçamento apresentado para 2013 espelha bem o descalabro que foi a gestão do município nos últimos anos em que se gastou o que se não tinha e se endividou mais que o que se podia suportar, por isso caímos na situação de desequilíbrio estrutural e somos agora penalizados por essa má gestão.-----

O tempo do “quem vier atrás que feche a porta” muito utilizado pelo Sr. Presidente já se esgotou e agora são as populações em geral, os borbenses em particular que terão que pagar a fatura.-----

Porque são os Borbenses que vão ser sobrecarregados com os impostos municipais nas taxas máximas, porque são os borbenses que terão que pagar mais pelas taxas e pelos serviços.-----

São as Freguesias também penalizadas com protocolos de descentralização de competências em que viram reduzidas as verbas.-----

É o movimento associativo que viu os seus apoios bastante reduzidos e o acesso aos mesmos bastante burocratizado.-----

Com a assinatura do PAEL foi o futuro de Borba que ficou comprometido por 20 anos, mas o mal não é do PAEL o mal foi das políticas que colocaram o município em situação de não poder deixar de recorrer ao mesmo, o mal foi das políticas de endividamento não sustentado que foram seguidas pelo atual executivo.-----

O orçamento de 2013 não é mais que o espelho da má governação ao ter que inscrever na receita o empréstimo PAEL que não é mais que o reconhecimento pela atual maioria da sua incapacidade e incompetência para resolver os problemas financeiros que criaram.-----

Os documentos previsionais apresentados para 2013 são, com ligeiras alterações, a cópia dos documentos apresentados nos últimos anos, um



conjunto de promessas sem qualquer execução e sem perspectivas de a poder vir a ter, um mar de ilusões sem qualquer critério e umas páginas carregadas de propaganda a que já estamos habituados há vários anos.-----

O orçamento apresentado é um orçamento para pagar dívida criada e não apresenta soluções de futuro, pois consumidos os cerca de 5 milhões do PAEL os problemas de tesouraria vão continuar, uma vez que na execução orçamental de 2012 os compromissos assumidos e não pagos ascendem a 8 milhões e meio de euros pelo que mais de 3 milhões e meio se encontram ainda sem solução.-----

Com este orçamento, com esta política e com esta maioria continuaremos a ambicionar tudo o que está referenciado nas linhas estratégicas apresentadas tal como há 12 anos atrás e nada foi concretizado. Pois só se ambiciona o que se não tem.-----

O que os Borbenses queriam ver era a concretização dessas medidas e das inúmeras promessas eleitorais feitas ao longo dos anos e não apenas a ambição de as alcançar.-----

O que os Borbenses queriam é que o concelho fosse mesmo uma referência de desenvolvimento no Alentejo mas o que lhes foi dado foi uma referência pela negativa:-----

Um concelho em que o prazo médio de pagamento a fornecedores é dos mais dilatados do país;-----

Um concelho em que os impostos municipais são dos mais caros do país;-----

Um concelho em que as Taxas, Licenças e tarifas são das mais altas da Região

Um Concelho em que os terrenos municipais disponibilizados para habitação apresentam os preços mais altos da região;-----

Um Concelho em que a promoção de atividades económicas locais foi abandonada;-----

Um Concelho em que o apoio ao movimento associativo foi reduzido e burocratizado;-----

Um Concelho endividado e em situação de desequilíbrio estrutural;-----

Um Concelho em que os problemas sociais se agravam e as respostas tardam em chegar;-----



Um concelho em que a descentralização e valorização das Juntas de Freguesia foram reduzidas ao máximo;-----
E muito mais poderíamos escrever;-----
Porque este orçamento não serve os Borbenses, voto contra os Documentos apresentados."-----

b) Grandes Opções do Plano para o ano de 2013-----

Grandes Opções do Plano:-----

Valor em 2013:

Valor total: 12.501.023,23 €-----

PPI:-----

Valor em 2013:

Valor total: 9.787.160,73 €-----

Conforme estabelecido na alínea c) do n.º.2 do artigo 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal após a elaboração da proposta das Grandes Opções do Plano para o ano de 2013 deliberou, por maioria, com quatro votos a favor e um voto contra, submetê-la à aprovação da Assembleia Municipal. Votaram a favor o Senhor Presidente e os Senhores vereadores Humberto Luís Russo Ratado, Rosa Maria Basílio Véstia e Hugo Alexandre Godinho Mendanha. Votou contra o Senhor vereador Joaquim José Serra Silva com base na declaração de voto apresentada na alínea anterior.-----

Ficará cópia dos referidos documentos arquivada em pasta anexa como documentos n.º.1.-----

PONTO 2.3 – APROVAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2013-----

Face ao disposto no artigo 5º da Lei n.º.12-A/2008, de 27 de Fevereiro, aplicável às autarquias locais por força do disposto no n.º.2 do artigo 3º., os mapas de pessoal são aprovados, mantidos ou alterados pela entidade competente para a aprovação da proposta do orçamento.-----



Nesse mapa de pessoal consta, em obediência ao que dispõe o n.º.1 do artigo 5º do citado diploma legal, o mínimo de postos de trabalho de que os serviços carecem para o desenvolvimento das respetivas atividades e cujos encargos são considerados no orçamento municipal.-----

Tendo em atenção o plano de atividades para o próximo ano, e por proposta do Senhor Presidente a Câmara Municipal deverá submeter o Mapa de Pessoal para o ano de 2013 à aprovação da Assembleia Municipal, conforme disposto na alínea o) do n.º.2 do artigo 53º da Lei n.º. 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º.5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----

Seguidamente o Senhor Presidente colocou a proposta à votação tendo sido deliberado, por maioria, com quatro votos a favor e uma abstenção, a sua aprovação. Votaram a favor o Senhor Presidente e os Senhores vereadores Humberto Luís Russo Ratado, Hugo Alexandre Godinho Mendanha e Rosa Maria Basílio Véstia. Absteve-se o Senhor vereador Joaquim José Serra Silva, por considerar que o Mapa de Pessoal é tão volátil e, com uma falta de critério tão grande, porque ao longo deste ano já foi revisto três ou quatro vezes.-----

PONTO 2.4 – PROPOSTA DA 3ª REVISÃO ORÇAMENTAL (3ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA E 2ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA)-----

Previamente distribuída por todo o executivo esteve presente proposta apresentada pelo Chefe de Divisão (que se arquiva em pasta anexa como documento n.º.2) para a 3ª Revisão Orçamental (2ª Revisão ao Orçamento da Receita e 3ª Revisão ao Orçamento da Despesa).-----

De acordo com a referida proposta e tendo em conta a alínea c) do n.º.2 do art.º.64º da Lei n.º. 169/99 de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º.5-A/2002 de 11 de Janeiro, e por proposta do Senhor Presidente deverá ser submetida à aprovação da Assembleia Municipal a proposta de 3ª Revisão Orçamental (2ª Revisão ao Orçamento da Receita e 3ª Revisão ao Orçamento da Despesa).-----



Seguidamente o Senhor Presidente colocou a proposta à votação tendo sido deliberado, por unanimidade, a sua aprovação.-----

PONTO 2.5 – ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS-

a) Por tempo determinado-----

Presente informação apresentada pelo Senhor Presidente (cuja cópia se arquiva em pasta anexa como documento n.º.3) **que refere o seguinte:**-----

“Torna-se indispensável assegurar o normal e legal funcionamento dos serviços na Divisão de Administração e Finanças e na Unidade de Obras Municipais, Ambiente e Serviços Urbanos, o que não é possível sem a contratação de trabalhadores;-----

-Tendo terminado os contratos celebrados com trabalhadoras que prestavam serviço na Subunidade Orgânica Balcão Único, na Subunidade de Recursos Humanos, na Subunidade Administrativa, tendo-se verificado um elevado número de pedidos de aposentação antecipados e não existindo de momento trabalhadores em número suficiente nas áreas pretendidas, verifica-se a necessidade de proceder à abertura de procedimentos concursais por tempo determinado, com vista à ocupação de postos de trabalho previstos no mapa de pessoal aprovado para o ano de 2013;-----

- Os encargos previstos com estes recrutamentos estão contemplados no orçamento da Autarquia;-----

- Foi efetuada a informação prevista no artigo 50º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.º s 22-A/2007, de 29 de junho, 67-A/2007, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril e 55-A/2010, de 31 de dezembro e na Lei n.º 57/2011, de 28 de novembro.-----

- **Assim**, nos termos do n.º 1 do artigo 4º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro e n.º 2 do artigo 6º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, **o Senhor Presidente propôs que a Câmara delibere:**-----



a) Aprovar, nos termos propostos, propor à Assembleia Municipal, a abertura de procedimento concursal, para constituição de relação jurídica de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas, por tempo determinado:-----

1- Número de postos de trabalho a ocupar: 4 (Quatro)-----

- Carreira e categoria: Assistente técnico-----

- Nível habilitacional: 12º ano de escolaridade-----

2- Numero de postos de trabalho a ocupar: 2 (Dois)-----

- Carreira e categoria : Assistente operacional-----

- Nível de escolaridade : Escolaridade obrigatória-----

Seguidamente o Senhor Presidente colocou a proposta à votação tendo sido deliberado, por maioria, com quatro votos a favor e uma abstenção, a sua aprovação. Votaram a favor o Senhor Presidente e os Senhores vereadores Humberto Luís Russo Ratado, Hugo Alexandre Godinho Mendanha e Rosa Maria Basílio Véstia. Absteve-se o Senhor vereador Joaquim José Serra Silva.--

b) Por tempo indeterminado-----

Presente informação apresentada pelo Senhor Presidente (cuja cópia se arquiva em pasta anexa como documento nº.4) **que refere o seguinte:**-----

“Tornando-se indispensável assegurar o normal e legal funcionamento do Gabinete de Informação e Relações Públicas, o que não é possível sem a contratação de trabalhadores;-----

-Tendo terminado o contrato celebrado com o Técnico que prestava serviço naquele gabinete e não existindo trabalhadores na área pretendida, verifica-se a necessidade de proceder à abertura de procedimentos concursal por tempo indeterminado, com vista à ocupação de posto de trabalho previsto no mapa de pessoal aprovado para o ano de 2013;-----

- Os encargos previstos com este recrutamento está contemplado no orçamento da Autarquia;-----

- Foi efetuada a informação prevista no artigo 50º da Lei nº 2/2007, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis nº s 22-A/2007, de 29 de junho, 67-A/2007, de 31 de



dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril e 55-A/2010, de 31 de dezembro e na Lei nº 57/2011, de 28 de novembro.-----

- Assim, nos termos do nº 1 do artigo 4º, do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro e nº 2 do artigo 6º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro, **por proposta do Senhor Presidente a Câmara Municipal deverá deliberar:**-----

a) Aprovar, nos termos propostos, propor à Assembleia Municipal, a abertura de procedimento concursal, para constituição de relação jurídica de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado:-----

1- Número de postos de trabalho a ocupar: 1 (Um)-----

- Carreira e categoria: Técnico superior -----

- Nível habilitacional: Licenciatura em Design de Comunicação-----

Seguidamente o Senhor Presidente colocou a proposta à votação tendo sido deliberado, por maioria, com quatro votos a favor e uma abstenção, a sua aprovação. Votaram a favor o Senhor Presidente e os Senhores vereadores Humberto Luís Russo Ratado, Hugo Alexandre Godinho Mendanha e Rosa Maria Basílio Véstia. Absteve-se o Senhor vereador Joaquim José Serra Silva.---

c) Por tempo indeterminado-----

Presente proposta apresentada pelo Senhor Presidente (cuja cópia se arquiva em pasta anexa como documento nº.5) **que refere o seguinte:**-----

“O número de trabalhadores a solicitar aposentação antecipada, tem vindo a aumentar nos últimos meses;-----

-Torna-se indispensável assegurar o normal e legal funcionamento dos serviços na Divisão de Administração e Finanças, na Unidade de Obras Municipais, Ambiente e Serviços Urbanos, o que não é possível sem a contratação de trabalhadores;-----

Não existindo de momento trabalhadores em número suficiente nas áreas pretendidas, verifica-se a necessidade de proceder à abertura de procedimentos concursais por tempo indeterminado, com vista à ocupação de postos de trabalho previstos no mapa de pessoal aprovado para o ano de 2013;



- Os encargos previstos com estes recrutamentos estão contemplados no orçamento da Autarquia;-----

- Foi efetuada a informação prevista no artigo 50º da Lei nº 2/2007, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis nº s 22-A/2007, de 29 de junho, 67-A/2007, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril e 55-A/2010, de 31 de dezembro e na Lei nº 57/2011, de 28 de novembro.”-----

- **Assim**, nos termos do nº 1 do artigo 4º, do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro e nº 2 do artigo 6º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro, **por proposta do Senhor Presidente a Câmara Municipal deverá deliberar:**-----

a) Aprovar, nos termos propostos, propor à Assembleia Municipal, a abertura de procedimento concursal, para constituição de relação jurídica de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado:-----

1- Número de postos de trabalho a ocupar: 3 (Três)-----

- Carreira e categoria: Assistente operacional/Encarregado operacional (um lugar)-----

- Carreira e categoria: Assistente operacional (dois lugares)-----
Fiscal leituras e cobranças/Canalizador-----

- Nível habilitacional: Escolaridade obrigatória-----

Seguidamente o Senhor Presidente colocou a proposta à votação tendo sido deliberado, por maioria, com quatro votos a favor e uma abstenção, a sua **aprovação**. Votaram a favor o Senhor Presidente e os Senhores vereadores Humberto Luís Russo Ratado, Hugo Alexandre Godinho Mendanha e Rosa Maria Basílio Véstia. Absteve-se o Senhor vereador Joaquim José Serra Silva.--

PONTO 2.6 – AUTORIZAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS TAREFA-----

Presente informação apresentada pelo Chefe de Divisão (cuja cópia se arquiva em pasta anexa como documento nº.6) **que refere o seguinte:**-----

“Não existindo no mapa de pessoal trabalhadores em número suficiente para a



execução das funções que integram a categoria de assistente técnico, torna-se necessário a abertura de procedimento concursal;-----

Este procedimento demora, habitualmente, cerca de 120 dias;-----

Não podendo os serviços deixarem de funcionar, nomeadamente, expediente, arquivo, registo de correspondência, atendimento telefónico, taxas e licenças, registo de assiduidade, atendimento ao público;-----

Nestes termos, e por proposta do Senhor Presidente deverá a Câmara deliberar sobre a contratação de serviços em regime de tarefa, de 4 prestadores e pelo período de 4 meses, com os honorários de 680,00 €/mês.-----

Este tipo de contratos, de acordo com o disposto no artigo 6º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, depende de deliberação favorável do órgão executivo.-----

Fundamento este procedimento no Orçamento de Estado de 2012, que permite a celebração de contratos tarefa com pessoas singulares.-----

Seguidamente o Senhor Presidente colocou a proposta à votação tendo sido deliberado, por maioria, com quatro votos a favor e uma abstenção, a sua aprovação. Votaram a favor o Senhor Presidente e os Senhores vereadores Humberto Luís Russo Ratado, Hugo Alexandre Godinho Mendanha e Rosa Maria Basílio Véstia. Absteve-se o Senhor vereador Joaquim José Serra Silva.--

PONTO 2.7 – PROPOSTA DE CONTRATAÇÃO-----

Presente informação apresentada pelo Chefe de Divisão (cuja cópia se arquiva em pasta anexa como documento nº.7) que refere o seguinte:-----

“A Câmara Municipal de Borba em sua reunião ordinária realizada no passado dia 16 de agosto, deliberou propor à Assembleia Municipal a abertura de procedimento concursal para um assistente operacional (motorista de pesados de passageiros);-----

A Assembleia Municipal reunida no passado dia 5 de setembro, aprovou a abertura do referido procedimento concursal;-----



Verificou-se, devido ao pedido de aposentação antecipada do trabalhador que efetuava este serviço, a necessidade de se contratar mais um motorista de pesados de passageiros;-----

Encontra-se a decorrer o referido procedimento concursal e tendo em conta o disposto no artigo 40º da Portaria nº 145-A/2011 de 6 de abril, "sempre que, em resultado de procedimento concursal comum, publicitado por um órgão ou serviço, a lista de ordenação final, devidamente homologada, contenha um número de candidatos aprovados superior ao dos postos de trabalho a ocupar, é sempre constituída uma reserva de recrutamento interna."-----

Assim, por proposta do Senhor Presidente, a Câmara Municipal deverá solicitar autorização à Assembleia Municipal para contratação de um motorista de pesados de passageiros.-----

Seguidamente o Senhor Presidente colocou a proposta à votação tendo sido deliberado, por unanimidade, a sua aprovação.-----

PONTO 2.8 – APROVAÇÃO DE ACORDO DE COLABORAÇÃO A CELEBRAR ENTRE A DIREÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DO ALENTEJO, O INSTITUTO DE SEGURANÇA SOCIAL E A CÂMARA MUNICIPAL DE BORBA-----

Previamente distribuído por todo o executivo, esteve presente Acordo de Colaboração a estabelecer entre a Direção Regional de Educação do Alentejo, a Câmara Municipal de Borba e o Instituto de Segurança Social, que tem por objetivo a prestação, por parte da Câmara Municipal no âmbito da Educação Pré-escolar, de serviços vocacionados para atendimento à criança, proporcionando-lhe atividades educativas e atividades de apoio à família, cuja aprovação foi proposta pelo Senhor Presidente.-----

Seguidamente o Senhor Presidente colocou a proposta à votação tendo sido deliberado, por unanimidade, a sua aprovação.-----

Ficará cópia do referido Acordo arquivada em pasta anexa como documento nº.8.-----



PONTO 2.9 – APROVAÇÃO DE PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE A ESTER E O MUNICÍPIO DE BORBA PARA A REALIZAÇÃO DE RELATÓRIO DE ESTÁGIO-----

Previamente distribuído por todo o executivo, esteve presente Protocolo para realização de Relatório de Estágio a estabelecer entre a ESTER – Escola Tecnológica das Pedras Naturais, e o Município de Borba, que regula a execução do exercício “Relatório de Estágio” realizado em contexto real de trabalho, do Curso “Produção Industrial – Rochas Industriais e Ornamentais”, para a aluna Vaneida da Luz Tavares Semedo, cuja aprovação foi proposta pelo Senhor Presidente.-----

Seguidamente o Senhor Presidente colocou a proposta à votação tendo sido deliberado, por unanimidade, a sua aprovação.-----

Ficará cópia do referido Acordo arquivada em pasta anexa como documento nº.9.-----

PONTO 2.10 – PROPOSTA DE ANULAÇÃO DE GUIAS DE RECEITA DA FESTA DA VINHA E DO VINHO/2012-----

Presente informação técnica (que se arquiva em pasta anexa como documento nº.10) informando que deverão ser anuladas as Guias de Receita emitidas no âmbito da Festa da Vinha e do Vinho 2012, discriminadas na referida informação, uma vez que os expositores desistiram da sua participação na referida Festa, antes de efetuar o referido pagamento:-----

Por proposta do Senhor Presidente deverão ser anuladas as respetivas guias de receita.-----

Seguidamente o Senhor Presidente colocou a proposta à votação tendo sido deliberado, por unanimidade, a sua aprovação.-----



PONTO 2.11 – RATIFICAÇÃO DE PROTOCOLOS DE INTENÇÕES DE GEMINAÇÃO CELEBRADOS ENTRE:-----

a) MUNICÍPIO DE BORBA E MUNICÍPIO DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO-----

Previamente distribuído por todo o executivo, esteve presente Protocolo de Intenções de Geminação, celebrado entre o Município de Borba e o Município de Sant'Ana do Livramento, cuja ratificação foi proposta pelo Senhor Presidente.-----

Seguidamente o Senhor Presidente colocou a proposta à votação tendo sido deliberado, por unanimidade, a sua aprovação.-----

Ficará cópia do referido Protocolo arquivada em pasta anexa como documento nº.11.-----

b) MUNICÍPIO DE BORBA E MUNICÍPIO DE ALEGRETE-----

Previamente distribuído por todo o executivo, esteve presente Protocolo de Intenções de Geminação, celebrado entre o Município de Borba e o Município de Alegrete, cuja ratificação foi proposta pelo Senhor Presidente.-----

Seguidamente o Senhor Presidente colocou a proposta à votação tendo sido deliberado, por unanimidade, a sua aprovação.-----

Ficará cópia do referido Protocolo arquivada em pasta anexa como documento nº.12.-----

c) MUNICÍPIO DE BORBA E A INTENDÊNCIA DEPARTAMENTAL DE RIVERA-----

Previamente distribuído por todo o executivo, esteve presente Protocolo de Intenções de Geminação, celebrado entre o Município de Borba e a Intendência Departamental de Rivera, cuja ratificação foi proposta pelo Senhor Presidente.-----

Seguidamente o Senhor Presidente colocou a proposta à votação tendo sido deliberado, por unanimidade, a sua aprovação.-----

Ficará cópia do referido Protocolo arquivada em pasta anexa como documento nº.13.-----



d) MUNICÍPIO DE BORBA E MUNICÍPIO DE ROSÁRIO DO SUL-----

Previamente distribuído por todo o executivo, esteve presente Protocolo de Intenções de Geminação, celebrado entre o Município de Borba e o Município de Rosário do Sul, cuja ratificação foi proposta pelo Senhor Presidente.-----
Seguidamente o Senhor Presidente colocou a proposta à votação tendo sido deliberado, por unanimidade, a sua aprovação.-----
Ficará cópia do referido Protocolo arquivada em pasta anexa como documento nº.14.-----

PONTO 2.12 – APROVAÇÃO DE ACORDO DE PARCERIA ENTRE O MUNICÍPIO DE BORBA, A JUNTA DE FREGUESIA DE ORADA E A PIMTAI – ASSOCIAÇÃO CULTURAL PIM TEATRO--

Previamente distribuído por todo o executivo, esteve presente Acordo de Parceria a estabelecer entre o Município de Borba, a Junta de Freguesia de Orada e a PIMTAI – Associação Cultural PIM Teatro, que tem por objeto a execução do Projeto Quadrienal 2013-2016, candidatado pela PIMTAI ao programa de apoio promovido pela DGARTES com o objetivo de dinamização e desenvolvimento cultural do concelho de Borba, no campo do teatro, cuja aprovação foi proposta pelo Senhor Presidente.-----
Seguidamente o Senhor Presidente colocou a proposta à votação tendo sido deliberado, por unanimidade, a sua aprovação.-----
Ficará cópia do referido Protocolo arquivada em pasta anexa como documento nº.15.-----



PONTO 2.13 – VENDA DAS AÇÕES DO MUNICÍPIO DE BORBA NA E.D.C. MÁRMORES-----

A Câmara Municipal de Borba deverá deliberar propor à Assembleia Municipal:-----

- a) Que aprove a venda ao Consórcio TRADINGAL – Projetos, Importação e Exportação, Ld^a., a totalidade das ações detidas pelo Município na E.D.C. Mármores, pelo valor de 5 Euros cada ação;-----
- b) Não exercer o direito de preferência na transmissão das ações, por parte de outros acionistas (n^o.3 do art^o.8^o dos Estatutos);-----
- c) No âmbito da E.D.C. Mármores, não votar favoravelmente o exercício do direito de preferência, por parte da Sociedade.-----

Antes de colocar a proposta à votação o Senhor Vice Presidente informou que participou numa reunião de Assembleia Geral em que estiveram presentes todos os associados da empresa. O Consórcio TRADINGAL pretende comprar as ações detidas pelo Município na E.D.C., para se instalar e explorar a ADC. Contudo, só se compromete comprando os 100% do capital. Como nenhum acionista se opôs, e existindo um potencial investidor que pretende comprar a totalidade das ações, pelo valor nominal das ações de 5 Euros cada, na referida reunião foi deliberada a intenção de venda das ações, a intenção de não exercer o direito de preferência na transmissão dessas ações, assim como também a intenção de não votar favoravelmente o exercício do direito de preferência por parte da Sociedade. Foi o que aconteceu e cada acionista vai levar aos órgãos competentes para deliberar, e estar também aqui a proposta para remeter à Assembleia Municipal. Se isto se concretizar vai haver uma empresa a laborar, naquela área, criando postos de trabalhos, valorizando os resíduos de mármore e executando uma linha de produção que pode ser muito interessante na região, ao mesmo tempo que, se resolve de uma vez a questão da EDC e respetiva área a ADC.-----

Seguidamente o Senhor Vice Presidente colocou a proposta à votação tendo sido deliberado, por unanimidade, a sua aprovação.-----



O vereador Joaquim Serra referiu estar de acordo com a venda das ações, considerando que a Câmara deve sair desta empresa quanto antes, nem sequer deveria ter entrado. Votou contra a adesão a esta empresa e, já calculava que isto iria acontecer, levaram-se uns anos a perceber mas chegou-se lá.-----

O Senhor Presidente não participou na discussão nem na votação deste ponto por se considerar impedido.-----

PONTO 2.14 – RATIFICAÇÃO DA 2ª ADENDA AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO NO ÂMBITO DO PROGRAMA OPERACIONAL DO ALENTEJO 2007-2013” CELEBRADO ENTRE A AUTORIDADE DE GESTÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL DO ALENTEJO E O MUNICÍPIO DE BORBA-----

Considerando que a Comissão Diretiva do INALENTEJO deliberou alterar a taxa de co-financiamento da Operação, nº. ALENT-09-0397-FEDER-001616, designada por “Requalificação da Escola Básica Padre Bento Pereira e Centro Escolar de Borba – 1º Ciclo e Pré-Escolar”, para 85%, **esteve presente 2ª Adenda ao Contrato de Financiamento no âmbito do Programa Operacional do Alentejo 2007-2013”**, celebrado entre a Autoridade de Gestão do Programa Operacional do Alentejo e o Município de Borba, referente à referida operação, e aprovado em reunião de Câmara de 21 de Dezembro de 2011, **cuja ratificação foi proposta pelo Senhor Presidente.**-----

Seguidamente o Senhor Presidente colocou a proposta à votação tendo sido deliberado, por unanimidade, a sua aprovação.-----

PONTO 2.15 – REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO CAMARÁRIA TOMADA EM 28 DE SETEMBRO DE 2012, REFERENTE AO PONTO 2.3 – ALIENAÇÃO DE PRÉDIO URBANO-----



Por proposta do Senhor Presidente deverá ser revogada a deliberação de Câmara tomada em 28 de Setembro de 2012, referente ao Ponto 2.3. – Alienação de Prédio Urbano.-----
Seguidamente o Senhor Presidente colocou a proposta à votação tendo sido deliberado, por unanimidade, a sua aprovação.-----

PONTO 2.16 – ATIVIDADES DA CÂMARA-----

O Senhor Presidente informou que, para além das atividades normais de funcionamento e gestão, desde a última reunião de Câmara participou:-----

- Deslocação ao Brasil, onde pode constatar o trabalho que foi feito ao longo destes anos, e foi com alguma alegria que verificou que houve, efetivamente, muita coisa que não correu melhor porque não começaram logo no princípio;-----
- Na Assembleia Distrital, dia 17 de Dezembro último, para aprovação do orçamento. Foi feita a escritura de transferência do património, e do edifício que existia da Assembleia Distrital, para a CIMAC;-----
- Numa reunião de preparação do QEE, no âmbito da CIMAC. O novo Quadro Comunitário já não vai ter o nome de QREEN, mas sim QEE, e há uma série de trabalhos que podem ser feitos, nomeadamente, relacionados com Planos de Desenvolvimento Territorial;-----
- No Conselho Geral do CEVALOR.-----

O vereador Humberto Ratado, relativamente aos seus pelouros, prestou as seguintes Informações:-----

- Participação numa reunião, em Reguengos de Monsaraz, sobre a questão do Fórum Regional, que vai ser desenvolvido entre Reguengos e Borba, no âmbito do Congresso do Mundo Rural, a realizar em junho/2013, em Santarém. O Fórum Alentejo será realizado numa parceria entre o município de Reguengos e Borba desenvolvendo-se as cinco temáticas nacionais;-----



- Representação no Seminário “Ser no Desporto” promovido pelo Clube de Rugby de Borba, no cine-teatro municipal;-----
- Representação no Colóquio promovido pela APD, no Palacete dos Mellos;-----
- Representação na abertura do Workshops, no âmbito do PROVERE, “Boas Práticas no Setor da Pedra Natural”, que se realizou no Pavilhão de Eventos;-----
- Representação na reunião da Assembleia Geral da EDC Mármore, onde se tratou o ponto que foi hoje deliberado, sobre a venda de ações;-----
- Reunião com o Grupo Cultural e Recreativo das Festas de Santiago de Rio de Moinhos, sobre o ponto da situação da “Praça de Touros”;-----
- Representação na reunião geral de acionistas das Águas do Centro Alentejo, onde foi apresentado um estudo que permite a redução de custos finais nas tarifas, sendo condição necessária ganhar escala nos serviços ao nível do território;-----
- Reunião extraordinária de Núcleo e Plenário da Rede Social, para emissão de parecer relativamente a uma candidatura que a Santa Casa da Misericórdia pretende apresentar ao INALENTEJO, para construção de multiusos composto por: (piscina, salão de festas e auditório);-----
- Participação no Encontro “Alentejo Região Cicloturista” que se realizou na antiga estação Ferroviária de Cabeço de Vide, promovido pela REFER Património, CCDRA e CIMAL. A CIMAL pretende elaborar uma candidatura para a união da via ferroviária Vila Viçosa/Portalegre, para fins turísticos;-----
- Representação e apoio nas Festas de Natal, nomeadamente, da Comunidade Escolar, Bombeiros e Agrupamento de Escolas;-----
- Entrega de 21 cabazes a famílias carenciadas identificadas pela Rede Social, no âmbito da iniciativa “Solidariedade em Rede”, que teve lugar no cine teatro. Foram também entregues 20 cabazes oferecidos pelo delta cafés, estes mais direcionados para os idosos, que foram selecionados com o apoio das Juntas de Freguesia e da Rede Social.-----



O vereador Hugo Mendanha, relativamente aos seus pelouros, prestou as seguintes informações:-----

- Aldeia da Nora – recuperação de pontão e valetas que estavam bastante degradados;-----
- Loteamento do Chalé – procedeu-se ao calcetamento da obra na vertente Sul (virada para o campo de futebol);-----
- Instalação do Presépio de Natal e das diversas figuras em toda a envolvente das muralhas;-----
- Vão dar início à preparação dos diversos lumes, da época natalícia, ao longo do concelho;-----
- Instalações da GNR – procedeu-se a uma pequena intervenção tendo em conta infiltrações de água em duas ou três salas;-----
- Bairro da Casa do Povo – intervenção no acesso a uma garagem de uma moradia, que se encontra bloqueada devido a um espaço verde existente. Estão a alterar a canalização de rega para procederem ao acesso à garagem.-----

Antes de dar a reunião por encerrada o Senhor Presidente procedeu à leitura das deliberações aprovadas em minuta, que foram aprovadas por unanimidade, e ficarão arquivadas em pasta anexa.-----

-----ENCERRAMENTO-----

Por não haver mais nada a tratar o Senhor Presidente deu a reunião por encerrada, pelas dezoito horas e trinta minutos da qual se lavrou a presente ata, composta por vinte e oito páginas, que por ele vai ser assinada e por mim, Aldina Vitória Bilro Vinhas do Maio, Coordenadora Técnica, que a redigi.-----